

## **A PRÁTICA CARITATIVA ONTEM E HOJE: A QUE SE DESTINA?**

SILVA, Claudia Neves da (UEL-UNESP/Assis)<sup>1</sup>

Quando pronunciamos a palavra caridade, logo nos vem à mente a idéia de que é uma prática religiosa que tem por finalidade a assistência material e espiritual prestada aos mais pobres da sociedade. Uma ação fundada em valores como altruísmo, bondade, e que teria sido pregada e incentivada por Jesus Cristo (nos restringiremos à sociedade cristã-ocidental), depois por seus discípulos e, posteriormente, por seus representantes.

A partir dessa concepção cristã de caridade, decidimos elaborar um texto no qual pudesse apresentar como e porque este valor cristão foi incentivado pelas diferentes religiões e os efeitos desta prática na população carente de bens materiais. No entanto, quando percorremos a produção historiográfica voltada para a caridade, pouco é encontrado. Por este motivo, não nos detivemos apenas em um historiador, mas procuramos ousadamente, construir, de forma breve e com várias lacunas, a trajetória história da prática caritativa.

Neste sentido, tendo por objeto histórico a caridade enquanto manifestação religiosa, partimos do princípio de que a religião produz, conserva e garante uma quantidade de significados que cada indivíduo tem acerca de sua experiência pessoal, os quais são reproduzidos nas ações diárias em meio a uma realidade social marcada por conflitos, que por sua vez, são produtos ativos do que ocorre nos demais campos - econômico, político, social e cultural.

Portanto, ao decidir por investigar a prática caritativa enquanto manifestação de uma religião, devemos ter em mente que esta não se encontra em uma esfera isolada da realidade de um dado contexto histórico. Ao contrário, ela segue o movimento que se processa nos demais campos. É bem verdade que este movimento se dá de forma lenta e gradual, porque interfere com valores subjetivos - individuais e coletivos.

É importante destacar que no horizonte historiográfico em que é abordada a religião, nos é exigido ultrapassar as fronteiras da história para buscar em outras áreas do conhecimento, como a Sociologia e a Antropologia, os instrumentos teórico e metodológico necessários para uma melhor aproximação do objeto que pretendemos

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da UEL. Doutoranda em História Social pela UNESP – Assis.

investigar, qual seja, as motivações materiais e espirituais de religiosos e fiéis para praticarem a caridade, bem como as conseqüências deste ato para a sociedade.

Foi nas fontes documentais, como folders, jornais das igrejas, livros, que encontramos material para nossa análise, bem como nas fontes orais, na qual pudemos verificar as intenções de pastores de diferentes denominações e de padres da Igreja Católica em suas atividades caritativas.

Na verdade, a idéia e a ação de ajuda aos excluídos dos bens materiais da sociedade promovida por uma instituição religiosa já vem de longa data. Se voltar a atenção para a Igreja Católica, verifica-se que desde o início de sua expansão na Europa, a caridade foi pregada como valor a ser cultivado para quem desejava a salvação<sup>2</sup>.

O discurso cristão acerca da caridade não teve por fundamento somente o amor ao próximo em situação de extrema pobreza, mas também teve por finalidade ampliar, fortalecer e legitimar a hegemonia política e econômica dos bispos da Igreja, bem como controlar os pobres<sup>3</sup> que poderiam tornar-se uma perigosa fonte de tensões sociais.

Com a rápida expansão do cristianismo para o Ocidente e a adoção deste como religião oficial do Império Romano, possibilitou à Igreja - leia-se bispos - seu fortalecimento político com a ingerência em assuntos antes restritos aos funcionários do Império, no caso em questão, a assistência material aos desprovidos de condições materiais e físicas de sobrevivência, como as crianças sem família, a viúva, o peregrino, os mendigos e os enfermos. Neste contexto, a caridade serviu como um instrumento para aliviar as tensões sociais nas cidades, contribuindo para manter uma aparente paz social<sup>4</sup>.

A Igreja tornou-se a mediadora na ajuda de reis, nobres e mesmo de camponeses aos pobres, pois cabia a ela redistribuir os donativos dos primeiros para o segundo. Por meio de doações constantes, os mais aquinhoados esperavam que se

---

<sup>2</sup> De acordo com DINIZ (2004), a produção historiográfica voltada para a assistência aos pobres no período de expansão do papel social da Igreja na alta Idade Média concentrou-se na Península Ibérica, principalmente a partir do século VI, tendo em vista que houve uma expressiva produção intelectual dos clérigos daquele período, possibilitando aos historiadores compreender como a sociedade visigoda assistia aos pobres dos aglomerados urbanos.

<sup>3</sup> A noção de pobre no período em questão foi marcada por uma diversidade de significados. Por isto, para a elaboração do presente artigo, será considerado pobre o indivíduo desprovido de bens materiais mínimos para sua sobrevivência, encontrando-se em uma situação de fragilidade e dependência perante a sociedade e considerado pelos demais grupos sociais em condição de inferioridade social.

<sup>4</sup> Mollat (1989) tornou-se imprescindível para a presente investigação, porque é um dos poucos pesquisadores que aborda a situação daqueles que não tinham rosto e muito menos voz, vítimas de situações que não podiam mudar ou mesmo sair, tornando-se desta forma, dependentes dos que se propunham a 'ajudá-los', mas exigindo em troca, a obediência.

operasse a intercessão divina para seus pedidos ou a obtenção da graça de algum santo, e a remissão de seus pecados, tendo novamente a Igreja como mediadora nestas invocações, visto ser ela a única a deter o controle dos sacramentos e o poder para invocar a remissão dos pecados.

Cabia ao episcopado das cidades, além de atender e prestar assistência a todos aqueles que se encontravam em situação de extrema necessidade, a construção e manutenção de hospitais e abrigos para os peregrinos, garantindo a cada dia, o crescimento e fortalecimento do poder político e econômico do episcopado entre os habitantes dos centros urbanos (Silva, 2002).

Avançando no tempo, verifica-se que a atuação dos bispos da Igreja junto aos excluídos dos bens materiais não arrefeceu, ao contrário, a prática caritativa continuou sendo exercida por clérigos e, logo depois, pelos cônegos das catedrais e monges. É importante frisar que algumas obras sociais que surgiam por orientação e incentivo de religiosos da Idade Média, perduram ainda nos dias atuais, dado a sua capacidade de organização interna para atingir os objetivos propostos em seu nascimento, bem como sua capacidade de adaptação à realidade onde se insere. Citaremos brevemente algumas delas.

Nos séculos XII-XIII, com as ordens mendicantes, houve uma ampliação da atividade assistencial da Igreja, já que estas determinaram que seus frades e conventos vivessem em pobreza, limitando a posse de bens ao mínimo necessário, vivendo dos trabalhos manuais e da caridade de seus fiéis, ao mesmo tempo em que desenvolveram uma atividade pastoral, voltada para a pregação, e tendo a assistência aos desprovidos de bens como objeto de ação, com atuação nos centros urbanos que retomaram, no período, seu crescimento econômico e populacional.

Nesse sentido, Francisco de Assis (1182-1226) e Domingos de Gusmão (1170-1221), fundadores das principais ordens mendicantes, inovaram na prática da caridade, porque, conforme Mollat (1989, p. 117) “declararam o valor do pobre e sua sacralização através do modelo de Cristo”, em uma sociedade em que humilhava e desconsiderava os que eram privados de bens. Ambos trouxeram e implantaram um novo olhar diante do pobre, ou seja, vê-lo por seu valor espiritual e humano e não mais como instrumento de salvação do mais abastado.

À medida que a “revolução comercial” avançava pelas principais cidades européias, aumentava o número de pedintes, viúvas, enfermos, crianças sem famílias perambulando pelas ruas, representando, para a nobreza e para a pequena burguesia

nascente, fonte permanente de tensão social. A Igreja Católica, com o apoio e incentivo desses dois grupos, continuava a ser a instituição com o monopólio da assistência à população carente, criando e administrando hospitais, albergues e os asilos então existentes.

No ano de 1498, a irmã do rei de Portugal, criou, sob influência do frei e seu confessor, a Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, cujo objetivo era amplo e diversificado, como ensinar, punir os malfeitores, tratar os doentes, alimentar os famintos, abrigar os pobres, indo, como se pode verificar, além do atendimento aos enfermos. A Santa Casa espalhou-se rapidamente por todo o Império Português, tornando-se uma irmandade leiga de poder e prestígio no que se refere à prática e obra de caridade.

Outra atividade assistencial fundamentada na caridade e que perdura ao longo dos séculos, são as obras sociais fundadas pelo padre francês (São) Vicente de Paulo (1581-1660), voltadas para a assistência aos pobres, como a Congregação da Missão, a Congregação das Filhas da Caridade e a Associação das Damas da Caridade, todas tendo por finalidade a assistência material e espiritual à população carente residente nas cidades.

Ainda na França, no século XIX surgiu um movimento de fiéis da Igreja liderados pelo estudante de Direito da Sorbonne, Antônio Frederico Ozanam, que tinha por objetivo ajudar com recursos materiais, como roupas, alimentos e remédios, as famílias pobres residentes na cidade de Paris, dando-se o nome de conferência da caridade, posteriormente, conferência vicentina, porque inspirada no trabalho desenvolvido por São Vicente de Paulo.

Esse movimento leigo vinculado à Igreja Católica (mas não submetido à autoridade eclesiástica) e voltado fundamentalmente para a assistência material e espiritual aos mais carentes, apresentou rápido crescimento: após quatro anos de existência, já eram contabilizadas seis conferências em Paris e filiais em cinco cidades: Lyon, Nantes, Rennes, Dijon e Toulouse (Silva, 1999).

O que deve ser destacado nesse breve balanço historiográfico a respeito da caridade cristã é o fato de que ela estava assentada na idéia de que teria por função colocar rico e pobre frente a frente, com o propósito de buscar a conciliação e a convivência pacífica, tendo em vista que havia o receio de que os mais pobres provocassem um levante social, seja no período de retomada do crescimento das cidades, seja na sociedade pós-Revolução Industrial, quando era forte a insatisfação

entre os operários, devido aos baixíssimos salários e as péssimas condições de vida e de trabalho.

Profundas e irreversíveis, as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que abalaram a Europa - divulgação do pensamento dos principais teóricos do período com a invenção da imprensa, o pensamento humanista penetrando os círculos intelectuais em detrimento do pensamento teológico, o crescimento populacional, o aumento e fortalecimento do comércio entre as cidades, com o conseqüente aumento da produção industrial, a expansão marítima e colonial, que alargou as fronteiras da Europa - contribuíram para abalar a hegemonia da Igreja Católica neste continente.

E foi nesse contexto de grandes mudanças que se deu a eclosão e consolidação de uma teologia divergente da teologia da Igreja Católica. Os chamados reformadores levaram a teologia e liturgia para outros rumos, não priorizando, por exemplo, as ações práticas, ou seja, as obras exteriores - como as obras sociais - mas a necessidade de fortalecimento da fé e da prática religiosa; além de rejeitarem a existência de mediadores na relação homem e Deus, já que a fé seria suficiente para este fim.

Esse novo panorama religioso e teológico trouxe conseqüências nas esferas tanto social e cultural, como política e econômica da sociedade européia. Novos encaminhamentos se fizeram sentir no comportamento e nas ações política e econômica dos neoconvertidos.

Nos países em que a Reforma Protestante alcançou grande repercussão, com a eclosão de movimentos religiosos e a fundação de novas igrejas, a caridade não era exortada como principal ação e/ou fonte de salvação. As nascentes igrejas protestantes, como as Igrejas Luterana e Anglicana, as que vieram no rastro do movimento pietista e do metodismo, na área social voltaram-se majoritariamente para a educação, com a fundação de escolas para crianças e adolescentes e universidades: a dedicação a Deus e o trabalho como vocação maior a ser seguida eram os principais valores pregados nestas sociedades e a educação seria um instrumento para este fim.

Nos demais países em que a Igreja Católica manteve seu poder de influência, a caridade continuava a ser pregada enquanto virtude maior a ser alcançada, determinando que o encontro com Deus se daria de forma mais completa quanto mais o fiel praticasse e vivesse a caridade, a fé e a esperança - a denominada virtude teológica, formulada por um dos disseminadores do cristianismo, São Paulo<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> 1ª Carta de São Paulo aos Coríntios, capítulo 13. Bíblia Sagrada. São Paulo: Ed. Paulus, 1990.

A caridade, segundo essa concepção, possibilitaria uma relação de união e comunhão com o outro, seu irmão, porque considerado filho do mesmo Pai, garantindo a salvação a rico e pobre, ou seja, a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, já que os levariam a ações de acolhimento e humildade: ao primeiro porque ajudaria e ao segundo porque aceitaria o que lhe é oferecido. Não conceberia o conflito e a discórdia entre quem tem mais e quem tem menos. Portanto, onde a caridade se faria presente, as desavenças desapareceriam.

Mais uma vez avançando no tempo e voltando a atenção para o Brasil, verifica-se que aqui também a assistência aos mais pobres coube à Igreja Católica, seja por meio de ações individuais de seus fiéis, seja pelas instituições mantidas pela mesma, como as Santas Casa e os albergues. Cabe frisar que a situação econômica e social do país não interessava à Igreja, sua preocupação era ampliar a área de influência entre as classes dirigentes e grandes plantadores de cana-de-açúcar e café (leia-se latifundiários).

Com o lento início do processo de industrialização brasileira, no final do século XIX, o crescimento dos centros urbanos e, como conseqüência, o aumento de famílias vivendo em situação de miséria, do número de trabalhadores que não conseguiam manter a si e a sua família apenas com seu salário, constatou-se que, ao lado de ações individuais de cunho caritativo, a hierarquia católica estimulou a fundação de instituições que atendessem a estes segmentos que viviam em estado de extrema carência, como por exemplo, a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, com o propósito de amenizar a pobreza e contribuir para restabelecer a ordem social e política e, principalmente, evitar que as idéias socialistas e comunistas se alastrassem entre os trabalhadores das indústrias, pois o período foi marcado pela ascensão do movimento operário, exigindo do Estado e dos empresários e industriais, respostas para a crescente demanda do operariado urbano.

No que se refere às igrejas protestantes históricas, estas continuaram a dar maior destaque à área da educação, com a fundação de universidades e colégios. As ações assistenciais limitavam-se a iniciativa particular de pastores, não sendo uma orientação da hierarquia das diferentes denominações religiosas.

Com a Revolução de 30 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, houve uma ampliação da legislação social e trabalhista, bem como maior atenção à área social e assistencial. Para isto, o Estado convocou a Igreja, por conta de sua experiência neste

setor e por sua contribuição na manutenção da ordem, a partir de um discurso paternalista e autoritário, o qual visava harmonizar os grupos sociais em conflito (IAMAMOTO & CARVALHO, 1990).

As primeiras medidas de proteção social implementadas pelo Estado destinavam-se àqueles que não possuíam condições de garantir sua manutenção e reprodução a partir de sua inserção no mercado, isto é, aos deficientes, às crianças, aos idosos. Contínua e progressivamente, o Estado foi assumindo algumas ações na área da assistência que, por sua vez, foi adaptando-se ao contexto econômico, social e político pelo qual passava a sociedade brasileira, preservando, no entanto, seu caráter de ação emergencial, fragmentada e compensatória, com características marcadamente paternalistas e repressoras e em sintonia com a benemerência dos indivíduos ligados à igreja e o voluntariado privados.

Na verdade, a assistência social ao longo do tempo foi se configurando em um recurso do Estado para enfrentar as seqüelas da questão social<sup>6</sup>, haja vista que os problemas sociais foram gerando inquietações e conflitos entre os que não conseguiam manter-se com o mínimo necessário, demandando soluções que iam além da repressão policial, como ações destinadas a minorar os efeitos de situações como a fome, a doença, a falta de moradia, de educação. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Ministério da Educação e Saúde são exemplos dessa maior atenção, o que não significava a solução dos problemas sociais.

Enquanto o processo de industrialização corria a pleno vapor na região sudeste, nas demais regiões do país a realidade era outra: trabalhadores rurais eram expulsos de suas terras pela seca e/ou pelos proprietários de grandes latifúndios e migravam para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho. Ao chegarem aos centros urbanos, iam morar em favelas ou cortiços, porque não conseguiam trabalho que lhes garantissem melhores condições de vida, por conta da pouca ou nenhuma qualificação, longe do centro da cidade e do local de trabalho, com transporte insuficiente e à margem do comércio, sem condições de acesso aos (poucos disponíveis) serviços públicos, como saúde, educação, assistência social.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um intenso processo de industrialização e urbanização do Brasil, com a conseqüente diversificação de sua economia, tendo em vista que a indústria automobilística abriu campo para outras indústrias, como refinaria de petróleo, química, borracha, autopeças. O salário dos

---

<sup>6</sup> Questão social entendida como um conjunto de problemas políticos, econômicos e sociais decorrentes da generalização do trabalho livre na sociedade capitalista (IAMAMOTO & CARVALHO, 1990).

operários das indústrias cresceu, aumentando o consumo e favorecendo as indústrias de consumo. Indústrias de outros setores também ocuparam espaços, com a instalação de indústria de fertilizantes e laboratórios de remédios.

Todavia, mais uma vez o crescimento industrial não se estendeu para todo o país. O Nordeste, região mais pobre do Brasil, sofreu com 2 secas e uma enchente nos anos de 1950. Houve saques nos armazéns e cidades e milhares de homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes migraram para as regiões sul e sudeste, principalmente São Paulo, à procura de trabalho.

Essa nova realidade econômica, social e política também provocou a formação de uma sociedade de massa carente de novos valores morais e espirituais, e de igrejas que atendessem aos anseios de uma nova leva de imigrantes e trabalhadores que se instalavam nas cidades. Assim, uma nova forma de viver e expressar a religiosidade - e que já havia se instalado no Brasil em 1910 e 1911 a partir do surgimento de duas igrejas, a Congregação Cristã no Brasil e a Assembléia de Deus, respectivamente - cresceu e ganhou maior visibilidade na sociedade: as igrejas pentecostais (FRESTON, 1996)<sup>7</sup>.

Ademais, os neoconvertos também buscavam nessas novas igrejas antigos valores, como amizade, ajuda e apoio da fraternidade cristã, isto é, a solidariedade do próximo que se encontrava na mesma situação de exclusão social e em precárias condições de manter a si e a sua família.

Quanto a ação das instituições religiosas no que tange a atenção aos mais empobrecidos, as igrejas católica e protestantes diferenciavam-se. A primeira adotou novas práticas, como o Movimento de Educação de Base, Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica, as quais passaram a dividir espaços com práticas tradicionais, como Congregado Mariano, Filhas de Maria, Apostolado da Oração, havendo maior contato com a pobreza das cidades e campos. Tais práticas levaram a novos e diferentes discursos religiosos.

Já as demais igrejas continuavam centrando sua ação na educação e pontuais ações assistenciais, enquanto as pentecostais lentamente avançavam entre os trabalhadores sub-empregados e desempregados, bem como entre suas famílias,

---

<sup>7</sup> Freston (1996) apresenta como modelo explicativo para o surgimento e crescimento de uma diversidade de denominações religiosas no Brasil, a metáfora de ondas, a partir de um corte histórico-institucional. Primeira onda: 1910 -1911; segunda onda: 1950 – 1960; terceira onda: 1970 - 1980.

pregando a bênção do Espírito Santo, assim como a cura e a libertação das forças malignas para solução dos problemas cotidianos.

Na década de 1970, a situação econômica e social deteriorou-se ainda mais, apesar de o Brasil estar vivendo o período do chamado "milagre econômico" (1968 - 1973) quando se registraram altas taxas de crescimento, com amplo programa de investimentos do Estado na economia e aumento dos investimentos estrangeiros. Na verdade, o chamado "milagre econômico" brasileiro não ocorreu por "obra divina", mas a partir de ações na área econômica, que assentaram as bases materiais para assegurar a supremacia da burguesia industrial e financeira (MENDONÇA & FONTES, 1996).

Contudo, o excelente desempenho da economia não se estendeu para toda a população brasileira, haja vista os baixos salários, o desemprego, a impossibilidade de acesso a bens e serviços sociais, como educação, saúde, habitação, transporte coletivo eficiente.

Voltando mais uma vez para a atuação das igrejas na arena política e social, constata-se que diante de um inimigo concreto, a ditadura militar e seus agentes, que a todos perseguia sem distinção de confissão religiosa, houve uma lenta aproximação.

No interior da Igreja Católica surgiram e fortaleceram-se as comunidades cristãs de base e as pastorais sociais que difundiram e aprofundaram a expressão e a celebração da fé e da esperança ligadas a uma prática política.

Nesse mesmo período, as ações sócio-assistenciais de algumas denominações religiosas, principalmente as Igrejas Presbiterianas, passaram a ganhar visibilidade após a publicação de um documento no qual as igrejas evangélicas deveriam se comprometer com as novas questões sociais que se apresentavam na realidade daquele momento: o denominado Pacto de Lausanne.

Com a declaração deste Pacto, fruto do Congresso Internacional de Evangelização Mundial, que reuniu 2700 líderes de igrejas evangélicas na Suíça, em 1974, deu-se grande ênfase para a necessidade de evangelização das sociedades não-cristãs, sendo lembrada, não obstante, a importância de uma maior atenção à área social.

Todavia, não significou tal Pacto o incentivo para o envolvimento com questões políticas. Postulamos que a intenção era o incentivo para ações e atividades junto àqueles que estivessem em situação de pobreza e que não tivessem acesso aos bens e serviços da comunidade, já que ao longo do documento não se observa qualquer

alusão aos problemas econômicos ou político das sociedades latino-americana e européia.

Reforçamos tal afirmação com o fato de que em 1989 ter ocorrido o II Congresso, de onde se organizou o movimento internacional denominado AD2000 e cujo objetivo principal foi “mobilizar a Igreja de Jesus Cristo em sua tarefa de levar o Evangelho para todas as pessoas e plantar igrejas em todo o mundo”. No Brasil, sua principal tarefa foi “estimular, motivar e criar redes de trabalho junto aos mais variados segmentos da Igreja Evangélica”, pouco abordando, também, os problemas sociais e políticos, mas a evangelização de crianças e adolescentes, homens e mulheres.

Acreditamos que uma possível forma de concretizar a evangelização foi por meio da criação de instituições sócio-assistenciais e campanhas de solidariedade, quando houve a possibilidade de maior contato com diferentes segmentos sociais, principalmente os de baixa renda.

Outrossim, há que se destacar que muitos de seus fiéis também são excluídos dos bens e serviços da comunidade, vivendo em pequenas casas que não conseguem abrigar todos os membros, sobrevivendo com alimento que não é suficiente para matar a fome de todos, o remédio que não pode ser comprado porque não há o dinheiro necessário, a violência doméstica. Situações que são enfrentadas cotidianamente, exigindo das igrejas uma atenção que vai além de orações, já que os fiéis vão à igreja em busca de solução para seus problemas cotidianos.

Foi nesse período que algumas igrejas pentecostais, não obstante sua ação centrada na oração, com o reforço da subjetividade e da emoção, também voltaram sua atenção para homens, mulheres, crianças e idosos carentes de bens materiais e serviços sócio-assistenciais.

Contudo, essas ações partiram da iniciativa de pastores que, ou possuíam uma formação religiosa mais aprimorada, com conhecimentos teológicos, filosóficos e legais, levando-o a dedicar-se a uma atenção mais planejada e sistematizada à população carente; ou de pastores que levados por motivações pessoais, voltaram-se para esta área, mas expressando dificuldades tanto de explicar esta motivação, quanto em levar o trabalho adiante.

Em entrevista com pastores de igrejas pentecostais, indagados quanto aos motivos da existência de indivíduos e famílias pobres, a resposta nos leva a perceber que a concepção de mundo dos líderes das igrejas são semelhantes, isto é, a idéia de que a pobreza decorre de uma situação individual, tanto do que tem mais, porque

movido pelo egoísmo, pelo anseio do ganho fácil, quanto do que nada tem, porque falta-lhe vontade e preparo para enfrentar e viver em comunidade.

Verifica-se que as denominações religiosas de modo geral, não adotam como política de ação a criação e manutenção de instituições sócio-assistenciais, ou mesmo o incentivo para seus membros realizarem atividades assistenciais. São ações ancoradas em um trabalho individual, centralizado no pastor ou pessoas de sua confiança, não um trabalho de um grupo ou da própria instituição religiosa, porque não é uma ação prevista e planejada nos estatutos da mesma.

Na verdade, o pouco interesse das igrejas desenvolverem atividades sociais justifica-se pelo fato de elas construírem sua teologia tendo por base a bênção do Espírito Santo, ou seja, aquele que se converte e recebe o batismo do Espírito Santo, tem a possibilidade de fortalecer-se perante as agruras da vida cotidiana, como o desemprego, a fome, a doença. As obras deixam de ser essenciais porque não são elas que levarão à libertação e à salvação, mas a justificação pela fé.

Acreditamos que a entrada de igrejas nessa seara, isto é, a ação social, é motivada pelo crescimento do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, entre elas, seus fiéis, que vão em busca de solução para seus problemas imediatos. Em um mercado tão competitivo como o religioso, apresentar novos serviços possibilita aumentar o número de fiéis, além de demonstrar respeitabilidade porque preocupados com os problemas sociais.

Há que se destacar ainda, a omissão do Estado na busca de respostas para os problemas sociais. A intervenção estatal na área assistencial configura-se como uma ação emergencial, fragmentada e autoritária – porque o assistido deve atender aos critérios estabelecidos para ser atendido – e não um serviço para assegurar e estender os direitos sociais aos que se encontram em precárias condições de sobrevivência.

É a partir dessa perspectiva que o poder público incentiva a solidariedade, que deixou de ser um instrumento de união entre indivíduos ou mesmo entre grupos e classes sociais para tornar-se uma ferramenta nas mãos do Estado para omitir-se na garantia do mínimo necessário para a sobrevivência dos excluídos sociais, incentivando, para tanto, a criação de uma rede de solidariedade, e tendo as igrejas de diferentes denominações religiosas como um dos principais sustentáculos desta rede.

E as igrejas não se omitiram, ao contrário, a partir de seus princípios e valores responderam a esse chamado, criando e administrando instituições sócio-assistenciais.

## Considerações finais

Igreja Católica e as igrejas protestantes e pentecostais apresentaram, a partir de suas doutrinas e concepção de fé e de mundo, respostas diferenciadas para o mesmo problema: enquanto para a Igreja Católica a atenção aos mais pobres se faz exercer de forma sistematizada desde sua expansão pela Europa, como possibilidade de conquistar espaço político e social e garantir a salvação por meio de obras, para as igrejas evangélicas históricas e pentecostais, as obras não levam por si só à salvação, mas apenas a fé em Deus e seu filho Jesus.

Não obstante, independente de definições e intenções na prática da caridade cristã, verificamos que a negação do conflito gera uma relação que se propõe de irmãos, mas não irmãos em condições de igualdade, porque um está em melhor situação social e econômica do que o outro: o que tem mais conquista a redenção através da doação, da esmola, visto que o Reino de Deus não é acessível para quem tem muitos bens materiais e não ajuda aquele que não tem condições de se manter; e o que tem menos permite que ambos conquistem a salvação, porque aceita sem reclamar o que lhe é dado, já que por sua inaptidão, não conseguiu sobreviver sem a beneficência de outrem. Enfim, uma mútua aceitação.

Essa situação resultou em uma relação de submissão, na qual aquele que tem menos sujeita-se à vontade de quem tem mais, pois sua condição é consequência de problemas individuais que não foram superados por si, necessitando da intervenção do outro em melhores condições materiais. Além disso, possibilita ao Estado continuar omitindo-se no atendimento a população carente de bens e serviços, bem como a busca de soluções para a superação da miséria em que vive um número escandaloso de homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes de nossa sociedade.

## Referência

DINIZ, Rita de Cássia Damil. *A problemática da assistência na sociedade visigoda nos séculos VI e VII: um estudo comparativo dos modelos assistenciais masoniano e isidoriano*. 153p. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p.67 – 159.

IAMAMOTO, M., CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 7ª ed. São Paulo: Cortez-Celats, 1990.

MENDONÇA, S.R., FONTES V.M. *História do Brasil recente: 1964 – 1992*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

MOLLAT. M. *Os pobres da Idade Média*. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

Pacto de Lausanne, Suíça, 1974.

SILVA, L.R. da. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos – século V ao VII. In: *História: Questões & Debates*. Nº 37. Curitiba: Editora UFPR, jul./dez. 2002. p. 67 – 84.

SILVA, C. N. *Poder público municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo: dois modelos de atuação na área da assistência social em Londrina: 1964 – 1988*. 121 p. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista.